

Infinitus lusitanus: considerações sobre o infinitivo flexionado nas gramáticas latino-portuguesas renascentistas

Rogelio Ponce de León Romeo
Universidade do Porto

1. Introdução

São sobejamente conhecidas as consequências que tiveram, para a fixação e para a divulgação do vernáculo, o surgimento dos *Studia humanitatis* e a consequente consideração do Latim como língua de prestígio. No que se refere ao desenvolvimento da teoria linguística, a preeminência do Latim já era clara na Idade Média: na Península Ibérica, as línguas nacionais só começam a ser sistematizadas em gramáticas a partir de finais do século XV, no caso do Espanhol, através da *Gramática de la lengua castellana* (Salamanca 1492) de Antonio de Nebrija, e na terceira década de Quinhentos, no caso do Português, com a *Gramática da linguagem portuguesa* (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira; o Latim, porém, desde a Idade Média que é objecto da teoria linguística, através da gramática especulativa ou dos *modi significandi* (Bursill-Hall 1971), e, já na Renascença, a partir dos *Emendata structura latini sermonis libri sex* (Londres 1524) de Tomás Linacre – considerado o precursor da gramática racional do século XVI, na medida em que se vale da teoria da elipse para a análise sintáctica (Keith Percival 1976, p. 244) –, do *De causis linguae latinae* (Lião 1540) de Júlio César Escalígero, e da *Minerva seu de causis linguae latinae* (Salamanca 1587) de Francisco Sánchez de las Brozas. Neste contexto, no século XVI, a consideração do Latim como língua universal de cultura poderá ter representado um sério impedimento ao desenvolvimento, por assim dizer, científico das

línguas nacionais. Por exemplo, no âmbito pedagógico, grande parte das obras que fazem uma abordagem geral do tema, como os *De disciplinis libri viginti* (Antuérpia 1531) – cujos últimos cinco livros fazem parte do *De tradendis disciplinis, sive de doctrina christiana* (Breva-Claramonte 1994, pp. 22-23) – de Juan Luis Vives, ou como a *Christiani pueri institutio* (Burgos 1588) e os *De sapiente fructuoso epistolares libri quinque* (Burgos 1589) do jesuíta castelhano Juan Bonifacio (Olmedo 1939[1938], pp. 99-104, 128-206), e ainda as que versam a Didáctica das Línguas, como o *De ratione liberorum instituendorum litteris graecis et latinis* (Roma 1565) do jesuíta valenciano Pere Joan Perpinyà, utilizam a língua do Lácio não só como matéria de estudo, mas também como veículo de transmissão de saberes¹.

2. O vernáculo nas gramáticas latinas peninsulares

No caso das Artes latinas, estas apresentavam, contudo, a contradição de serem redigidas na mesma língua que ensinavam, facto que supunha um evidente obstáculo para os discentes. A fim de tratar de resolver este contratempo, os autores deste tipo de obras optaram por se valerem do vernáculo para aproximar os alunos do objecto do estudo, recurso que está já presente, no Outono da Idade Média peninsular, nos tratados escolares denominados *Grammaticae proverbianti*, largamente estudados por Vicente Calvo (1992; 2000) e Miguel Ángel Esparza (2000, pp. 193-195; 2001). Coerentemente com este antecedente, as gramáticas latino-hispânicas, já desde o final do século XV que utilizam a língua pátria como recurso didáctico, proporcionando valiosos dados sobre as línguas e dialectos ibéricos: paradigmática e bem conhecida é a utilização do

¹ Contudo, certos humanistas hispânicos, cientes da importância do vernáculo na aprendizagem das línguas, começavam a utilizar o romance nos seus tratados pedagógicos; é o caso de Pedro Simón Abril, autor que redigiu em Latim a primeira edição da sua gramática, *Latini idiomatis docendi ac discendi methodus* (Saragoça 1561), ao passo que a segunda edição (Saragoça 1569) “contiene el texto latino y castellano en páginas contrapuestas” (Breva-Claramonte 1994, p. 130). Publicou também os *Apuntamientos de cómo se deben reformar las doctrinas, y la manera de enseñarlas para reducir las a su antigua entereza y perfección* – Madrid 1589 – (Breva-Claramonte 2000, pp. 13-17). Seja como for, o recurso ao Latim como veículo da aprendizagem de outras línguas aparece, por exemplo, na anónima *Util y breve institution para aprender los principios y fundamentos de la lengua hespañola* (Lovaina 1555), obra que apresenta a matéria linguística em Latim, Francês e Espanhol, não só por razões pedagógicas ou comerciais: “Hay otra intención [...] que sitúa al Anónimo de 1555 dentro del ambiente de emulación de los gramáticos del XVI que tratan de mostrar la excelencia de su lengua por su mayor grado de conformidad con la latina. En este orden de ideas se mueve nuestro autor: la gran semejanza del castellano y latín, superior a la del francés” (Roldán 1977, p. xxxii).

Castelhano nas *Introducciones latinas contrapuesto el romance al latín* (c. 1488); por sua vez, o *Perutile grammaticale compendium* (Saragoça 1490) de Daniel Sisó, além de apresentar de forma constante o recurso ao Castelhano como instrumento de aprendizagem da língua do Lácio (Ridruejo 1997; Esparza 2000), oferece, tal como salientou Emilio Ridruejo (1977, p. 62), traços dialectais aragoneses nas versões dos exemplos latinos introduzidas pelo autor².

Um caso particularmente interessante é a possibilidade de um mesmo tratado ser adoptado em áreas linguisticamente diferenciadas; estou a referir-me, no contexto educativo da Península Ibérica, aos *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa 1572) do jesuíta madeirense Manuel Álvares, tratado que, não obstante o propósito dos Superiores da Companhia de o estabelecer como gramática para todas as escolas da Companhia, na edição príncipe, encontra-se adaptado para o público luso e, por conseguinte, apresenta a versão para Português dos paradigmas verbais e de parte dos exemplos latinos, bem como valiosos comentários sobre aquela língua (Ponce de León 2000b, pp. 245-246). Em 1578, com o objectivo de introduzir esta gramática nas escolas castelhanas, aparece em Lisboa uma edição com a correspondente versão para o Castelhano e, segundo tive ocasião de verificar, uma reedição desta última em Saragoça (*cum facultate Illustris Domini Vicarii Generalis*), em 1579. No entanto, se no Reino de Castela a gramática integral do P^e Álvares não teve a difusão desejada pelos Superiores da Companhia de Jesus (Ponce de León 2003, pp. 126-131), tal parece não ter acontecido nos territórios catalanófonos, pois, no final do século XVI, em Barcelona, registam-se duas edições, em 1596 e em 1599, e uma terceira, datada de 1604, em Palma de Maiorca, estando esta última, segundo os dados de que se dispõe, quase integralmente em Catalão. Ora, o facto de uma gramática latina como a do P^e Manuel Álvares ser adaptada a públicos específicos e linguisticamente discriminados pode proporcionar-nos interessantes dados sobre problemas de tradução entre o Latim e, segundo as edições, as línguas portuguesa, castelhana ou catalã, e sobre o funcionamento destas³.

As gramáticas latinas também nos informam sobre as inevitáveis repercussões do contacto entre línguas cultural e geograficamente próximas, como são o Português e o Castelhano. No contexto gramaticográfico português do século

² Não é meu propósito aprofundar, no presente estudo, o papel da língua castelhana nas Artes gramaticais latino-castelhanas, aspecto este analisado com pormenor por Miguel Ángel Esparza (1996; 2000).

³ Não posso deter-me, por falta de espaço e porque não é o momento adequado, nestes problemas, que, no entanto, mereceriam um estudo aprofundado.

XVI, achamos valiosas provas do fenómeno. Num estudo anterior (Ponce de León 2002, pp. 228-231), evidenciei as críticas presentes na Arte do P^o Manuel Álvares sobre o deficiente modo como tinham sido traduzidos os paradigmas da conjugação verbal latina; entre outros aspectos, o madeirense denuncia, nos tempos compostos, o uso do auxiliar *aver*, mais próprio da fala castelhana, em vez do mais usualmente português *ter*. Alerta, no fundo, para a contaminação de vocábulos e recursos linguísticos do Espanhol na língua portuguesa. Convém advertir que anos antes tinha sido publicada uma adaptação dos *Commentarii grammatici* (Paris 1537), do gramático flamengo João Despautério, para as escolas portuguesas da Companhia de Jesus; trata-se dos *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica* (Coimbra 1555), nos quais são vertidos os tempos compostos latinos através de *aver*. Estamos, portanto, perante uma *recognitio* da gramática de Despautério realizada provavelmente por um docente jesuíta espanhol ou por um português que tenha estudado por alguma edição acomodada ao público hispanófono das *Introductiones latinae* de Antonio de Nebrija. Mas, sobretudo, subjaz a esta tensão linguística uma atitude cultural generalizada de diferenciação das duas línguas que, no âmbito português, se deve incluir na denominada “Questão da Língua” (Buescu 1983, pp. 224-236).

3. O infinitivo flexionado nas Artes latino-portuguesas

Como referi anteriormente, não é inabitual depararmo-nos, nas Artes gramaticais renascentistas, com preciosas considerações sobre a norma e o uso de certos fenómenos linguísticos do vernáculo. No que se refere à língua portuguesa, encontramos um claro exemplo nos comentários a propósito do infinitivo flexionado. Entre os manuais para o ensino do Latim estudados, encontrei apreciações apenas em três: no *De verborum coniugatione commentarius* (Lisboa 1540) de André de Resende, nos já referidos *De institutione grammatica libri tres* do P^o Manuel Álvares e no *Methodo grammatical para todas as linguas* (Lisboa 1619) de Amaro de Roboredo⁴.

⁴ Outros tratados consultados foram as *Institutiones tum lucide, tum compendiose, latinarum literarum, tradite dialogo candidis ac vere piis cenobitis sancte crucis* (Coimbra 1535) de Máximo de Sousa; os já referidos *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica. Cum quibusdam aliis ad puerorum institutionem necessariis*; os *Grammatices duo compendia* (Coimbra 1557) de Fernando Soares Homem; finalmente, as *Institutiones in linguam latinam breviores et lucidiores* (Lisboa 1562) de Jerónimo Cardoso. Pese embora não se incluir cronologicamente entre as gramáticas do Renascimento, vou deter-me no *Methodo grammatical* de Roboredo – bem como na sua *Grammatica latina* (Lisboa 1625) –, porquanto é um dos primeiros autores a seguir e a aplicar, na Península Ibérica, as ideias de Francisco Sánchez de las Brozas.

No que se refere à *De verborum coniugatione commentarius*, devemos a Telmo Verdelho (1995, pp. 110-112) uma rigorosa análise da exposição que leva a cabo André de Resende sobre o infinitivo latino e o seu contraste com as formas correspondentes portuguesas. Como salienta Verdelho, Resende é o primeiro gramático a apresentar o paradigma do infinitivo flexionado e a emitir um juízo normativo favorável sobre este, que corresponderia em Latim às orações integrantes de infinitivo com sujeito em acusativo:

“O infinitivo, de forma geral, ou está ligado ao verbo e é determinado pelo sujeito do mesmo, como se de uma só oração se tratasse, por exemplo, *Volo legere*, *Volumus ire*; ou é determinado, certamente, pelo verbo anterior, mas a acção daquele refere-se a outro sujeito que se põe em acusativo anteposto ao mesmo infinitivo, como se fossem duas orações: *Volo ego te legere*; isto é, *Volo ut legas*. Nesta segunda construção, o infinitivo em Português pode ter números e pessoas”⁵.

A seguir, Resende expõe o quadro do infinitivo flexionado⁶ e termina com uma defesa deste fenómeno linguístico, na qual contrasta, no quadro da posição do humanista que confirma a preeminência do Latim, o juízo positivo do emprego do infinitivo flexionado com a censura da invasão dos vulgarismos no uso da língua latina:

“Em qualquer língua se usa uma expressão de forma mais elegante que outra, mas qualquer que seja essa expressão menos elegante não é permanentemente julgada alheia a essa língua. Cícero introduziu muitos helenismos no Latim, antes inauditos, ao não permitir que a língua romana fosse mais parca do que a grega. O mesmo fez Virgílio e, de forma muito mais audaz, Horácio. Nós, o contrário; pois de tal forma nos pesa o que é nosso, que também temos aversão pela riqueza da nossa língua. Mas ninguém pense que digo estas palavras,

⁵ “Infinitivus aut omnino uerbo principali haeret et a supposito ipsius determinatur, quasi una oratio, ut ‘Volo legere’, ‘Volumus ire’; aut determinatur quidem a priori uerbo, sed eius actio refertur ad aliud suppositum quod in adusatiuo ante ipsum ponitur, quasi duae sint orationes: ‘Volo ego te legere’, id est ‘Volo ut legas’. Hoc secundo modo infinitivus lusitana lingua numeros et personas habere potest”. Tomo a citação de Telmo Verdelho (1995, p. 111). A versão para o Português, nestas e nas seguintes citações dos tratados de Resende e de Álvares, é da minha autoria.

⁶ “Praesenti et Imperfecto: S. *Amar eu. Amardes uos. Amar alguem. P. Amarmos nos. Amardes uos. Amarem algũos*. Praeterito: *Teer amado eu. Teeres amado tu*. Etc. Futuro: *Inda amar eu. Inda amares tu*. Etc.” (*Ibid.*, *ibidem*).

porque amo excessivamente a língua portuguesa, a qual poderia, quanto a mim, totalmente desaparecer, desde que se transformasse na língua romana, que outrora falámos”⁷.

Convém ressaltar a importância dum juízo normativo como o referido por André de Resende, porquanto, como salientou Verdelho, “se confessa sobretudo interessado na correcção do uso latino. Aceitaria de bom grado a relatinização do português” (*Ibid.*, p. 111). Mas o testemunho de André de Resende revela mormente uma rica polémica sobre a norma e o uso das estruturas gramaticais do vernáculo. E, no respeitante ao infinitivo flexionado, uma postura antagónica àquela que defende Resende, décadas mais tarde, será assumida com determinação pelo P^e Manuel Álvares.

Com efeito, o jesuíta madeirense reprova precisamente o uso da forma flexionada do infinitivo naqueles contextos em que o defendia Resende, designadamente em construções com infinitivo dependente dos *verba declarandi*, nas quais, como observou Maria Helena Paiva a partir da análise do discurso dos gramáticos portugueses quinhentistas, “a invariabilidade do infinitivo é uma tendência geral” (2002, I, p. 119). O referido comentário, incluído no livro primeiro, insere-se na glosa correspondente à explicação do infinitivo latino. Afirma Álvares que:

“O infinitivo latino – ver-se-á com mais pormenor no seu momento – tem cinco tempos, cujo presente e imperfeito estão contidos numa só forma, tal como o perfeito e o mais-que-perfeito. Os portugueses diferenciam claramente os cinco tempos com circunlóquios antepondo a partícula ‘que’ ao indicativo [...]. Às vezes utilizam o conjuntivo [...]. Expressões como ‘Dizem serdes capitam’, ‘dizem auerdes ser capitam’ e as que são deste género, de maneira nenhuma são estimadas pelos homens versados na língua portuguesa. O infinitivo português tem lugar quando se une a verbos como *possum, debeo, cupio, uolo, nolo, malo* e a outros do mesmo significado, e isto no presente e no imperfeito, pois o perfeito e o mais-que-perfeito são explicados por meio

⁷ “In omni lingua aliud alio elegantius dicitur. Sed non statim quidquid non tam elegans est, ab ea lingua alienum iudicatur. Cicero multos in latinam linguam hellenismos induxit, inauditos prius, dum sermonem Romanum angustiosem Graeco esse non patitur. Idem fecit Virgilius, et audacius multo Horatius. Nos contra. Adeo enim nos nostri piget, ut etiam ab linguae copia abhorreamus. Nec uero quisquam me haec arbitretur dicere, quod multum lusitanam linguam deamem, cui per me sane perire licebit, modo in Romanam, quam olim habuimus, mutaretur” (*Ibid.*, pp. 111-112).

de um circunlóquio, por exemplo *Cupio esse probus*, ‘Desejo de ser uirtuoso’ [...]”⁸.

Como pode observar-se, o juízo normativo do gramático jesuíta é claramente contrário ao parecer de André de Resende; muito provavelmente Álvares esteja a aludir de forma implícita à proposta do *De verborum coniugatione commentarius*, obra que, não obstante nunca a citar, o jesuíta, sem dúvida, consultou no momento de redigir o tratado sobre os verbos (Ponce de León 2000a, pp. LXXX, LXXXI). Por outro lado, a glosa estudada apresenta também uma crítica explícita contra a contaminação por vocábulos castelhanos da língua portuguesa, censurando de novo a castelhanização das estruturas gramaticais portuguesas, e particularmente a utilização do auxiliar *aver* nos tempos compostos:

“Às vezes com a mesma forma de presente o português explica o mais-que-perfeito, por exemplo *Poterat iam fuisse mortuus, profectus*, etc., ‘Podera ja ser morto, partido’, etc, pois expressões como ‘Auer sido morto, partido’ e outras semelhantes, que ninguém que apenas saiba falar português utiliza, são, segundo dissemos, barbaramente transferidas do Castelhana para o Português”⁹.

Com efeito, o jesuíta de Ribeira Brava é consciente das repercussões que esta questão podia ter na aprendizagem do Português a partir das Artes gramaticais latinas e, talvez por isso, torna-se um tema recorrente ao longo do livro primeiro.

⁸ “Modus infinitus, ut plenius suo loco uidebis, quinque habet tempora, quorum praesens et imperfectum uoce una, perfectum itidem et plusquam perfectum una continentur. Lusitani omnia tempora circuitionibus apertissime discernunt indicatiuo particulam ‘que’ praepoentes [...]. Interdum utuntur subiunctiuo [...]. Locutiones illae, ‘Dizem serdes capitam’, ‘dizem auerdes ser capitam’, quaeque sunt generis eiusdem, linguae Lusitanae peritis haud quaquam probantur. Lusitano infinito locus est, cum uerbis *possum, debeo, cupio, uolo, nolo, malo* et aliis eiusdem significationis iungitur, idque in praesenti et imperfecto, nam perfectum et plusquam perfectum circuitione explicantur, ut *Cupio esse probus*: ‘Desejo de ser uirtuoso’ [...]” (Álvares 1974[1572], f. 14v).

⁹ “Interdum eadem uoce praesenti Lusitana explicatur plusquam perfectum, ut *Poterat iam fuisse mortuus, profectus*, etc, ‘Podera ja ser morto, partido’, etc. Nam illa ‘Auer sido morto, partido’ et his similia, quibus nemo qui modo Lusitane sciat utitur, e Baetico, ut diximus, barbaramente in Lusitanum conuersa sunt” (*Ibid.*, *ibidem*).

Mas, voltando ao infinitivo flexionado, nota-se em Álvares uma marcada divergência entre o que Maria Helena Paiva (1986, pp. 390-392) denominou *atitude* (isto é, juízos explícitos do gramático sobre o funcionamento da língua) e *prática linguística*, na medida em que o gramático madeirense, após ter censurado a utilização da forma flexionada, emprega-a ao traduzir certos exemplos. É o que verificamos quando descreve as diferentes traduções do pretérito perfeito e do pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo latino:

“Três formas há de traduzir para o Português estes tempos, facto a que não seria preciso fazer menção, se muitos, enquanto se queixam da pobreza da língua portuguesa, não os vertessem barbaramente: *Cum uirtutem semper plurimum amaueris maximique feceris, non miror te apud omnes ordines esse gratiosum*: ‘Como sempre amastes e estimastes muyto a uirtude’, etc.; *Ne literam quidem a patre tuo possum impetrare, cum ad eum longissimas epistolas saepissime scripserim*: ‘Nem hũa soo letra posso auer de uosso pay, tendolhe escripto muytas uezes’, etc.; *Miror te haec ignorare, cum maximam partem orbis peragraris*: ‘Espantome nam saberdes isto tendo corrido a mayor parte do mundo’”¹⁰.

Como se pode observar, fundamenta os seus argumentos através de um conjunto de exemplos latinos com a correspondente versão para o Português, utilizando numa destas traduções uma forma de infinitivo flexionado.

Posição semelhante a respeito do infinitivo flexionado assume Amaro de Roboredo no *Methodo grammatical para todas as linguas*, se bem que adoptando uma perspectiva teórica afastada, como é a da gramática geral. Coerentemente com os pressupostos racionalistas do Brocense – que nega a existência de verbos impessoais, pois todo o verbo é precedido de nominativo (1995[1587], p. 222) –, para Roboredo o único tipo de verbo impessoal é, tal como defende o gramático espanhol (*Ibid.*, p. 86), o infinitivo: “O verbo pessoal he o que tem pessoas, o Impessoal he o Infinitivo como ja se vê” (Roboredo 2002[1619], p. 13). Por

¹⁰ “Trifariam haec tempora [praeteritum perfectum et praeteritum plusquam perfectum coniunctiui modi] in Lusitanum conuertuntur, cuius rei non opus esset ullam mentionem fieri, nisi multi ea, dum de Lusitanae linguae inopia queruntur, barbaramente transferret. *Cum uirtutem semper plurimum amaueris maximique feceris, non miror te apud omnes ordines esse gratiosum*: ‘Como sempre amastes e estimastes muyto a uirtude’, etc.; *Ne literam quidem a patre tuo possum impetrare, cum ad eum longissimas epistolas saepissime scripserim*: ‘Nem hũa soo letra posso auer de uosso pay, tendolhe escripto muytas uezes’, etc.; *Miror te haec ignorare, cum maximam partem orbis peragraris*: ‘Espantome nam saberdes isto tendo corrido a mayor parte do mundo’” (*Ibid.*, f. 25r/v).

isso, não surpreende que descreva, numa perspectiva de contraste entre o Latim e o Português, o infinitivo flexionado como uma forma corrompida pelo uso:

“Tem finalmente a Portuguesa hum Infinitivo que o uso corrompendoo fez pessoal, & delle carecem as linguas, de que tenho noticia, *Como eu amar, tu amares, elle amar*. Pl. *Nos amarmos, vos amardes, elles amarem*; he semelhante ao segundo futuro: mas em algũs verbos não, *Como eu dizer, tu dizeres, &c.*; *eu fazer, tu fazeres, elle fazer*: *De nos fazermos arte Portuguesa resultará proveito na Republica*; o segundo futuro he: *eu fizer, tu fizeres, elle fezer* [sic], &c.; *eu disser, &c*” (*Ibid.*, p. 33).

No que se refere à *Grammatica latina* do mesmo autor, quando explica o infinitivo latino, não faz referência ao infinitivo flexionado – embora o referido contraste seja um recurso habitual, como acontece, de resto, no *Methodo grammatical* –, omissão esta que poderá ser interpretada como um juízo negativo sobre a sua utilização. Contudo, como acontecia com Álvares, Roboredo utiliza-o, se bem que não com frequência, por exemplo, quando analisa a elipse das formas pessoais átonas acusativas nos verbos activos: “os quaes [pessoais acusativos *me, te, se, nos, vos, se*] são tam faceis de entender, que he propriedade Latina calaremse; & he propriedade Portuguesa declararemse”.

4. Conclusão

No contexto da produção gramaticográfica portuguesa do Século XVI, é necessário evidenciar a importância das Artes latinas na difusão, na fixação e no ensino do vernáculo. Telmo Verdelho, a propósito dos alvaresianos *De institutione grammatica libri tres*, pondera o papel destes na “implícita escolarização do português” (1995, p. 110). Tal afirmação, em minha opinião, deve ser alargada a outros manuais latinos do século XVI, como o *De verborum coniugatione commentarius* ou os *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica* – nas Artes latino-portuguesas do século XVII a importância do vernáculo é óbvia. Mas também, quanto ao sistema linguístico, às gramáticas latinas subjazem propostas normativas, por vezes ausentes nas Artes romances. E o caso do infinitivo flexionado torna-se um exemplo modelar.

Referências Bibliográficas

1. Fontes primárias

- Álvares, M., 1578. *De institutione grammatica libri tres*, Lisboa, António Ribeiro.
- , 1579. Saragoça, Juan de Alteraque.
- , 1596. Barcelona, Jaume Cendrat.
- , 1599. Barcelona, Gabriel Graells & Giraldo Dotil.
- , 1604. Palma de Maiorca, Gabriel Guasp.
- , 1974[1572]. Funchal, Junta Autónoma do Distrito do Funchal.
- Bonifacio, J., 1588. *Christiani pueri institutio*, Burgos, Felipe Junta.
- , 1589. *De sapiente fructuoso epistolares libri quinque*, Burgos, Felipe Junta.
- Cardoso, J., 1562. *Institutiones in linguam latinam breviores et lucidiores*, Lisboa, João de Blávio.
- Despautério, J., 1537. *Commentarii grammatici*. Paris, Robert Estienne.
- , 1555. *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica. Cum quibusdam aliis ad puerorum institutionem necessariis*, Coimbra, João Álvares.
- Escalígero, J. C., 1540. *De causis linguae latinae*, Lião, Apud Sebastianum Gryphium.
- Linacre, T., 1998[1524]. *De emendata structura latini sermonis libri sex*, M^a L. Harto Trujillo (ed.), Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.
- Nebrija, A. de, 1992[1492]. *Gramática de la lengua castellana*, A. Quilis (ed.), Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica / Instituto de Cooperación Iberoamericana, 3 vols.
- , 1996[c. 1488]. *Introducciones latinas contrapuesto el romance al latín*, M. Á. Esparza e V. Calvo (eds.), Münster, Nodus Publikationen.
- Oliveira, F. de, 2000[1536]. *Gramática da linguagem portuguesa*, A. Torres e C. Assunção (eds.), Lisboa, Academia das Ciências.
- Perpilhà, P. J., 1749[1565]. *De ratione liberorum instituendorum litteris graecis et latinis*, Roma, Petrus Lazeri.
- Resende, A. de, 1540. *De verborum coniugatione commentarius*, Lisboa, Luís Rodrigues.
- Roboredo, A. de, 1625. *Grammatica latina de Amaro de Roboredo. Mais breve, e facil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras*, Lisboa, António Álvares.
- , 2000[1619]. *Methodo grammatical para todas as linguas*, M. Kossarik (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Sánchez de las Brozas, F., 1995[1587]. *Minerva o de causis linguae latinae*, E. Sánchez Salor e C. Chaparro (eds.), Cáceres, Institución Cultural “El Brocense”, Diputación Provincial de Cáceres e Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.

- Simón Abril, P., 1561. *Latini idiomatis docendi ac discendi methodus*, Saragoça, Bartolomé Marco.
- , 1569. Saragoça, Pedro Bernuz.
- , 1589. *Apuntamientos de cómo se deben reformar las doctrinas, y la manera de enseñarlas para reducir las a su antigua entereza y perfección*, Madrid, Pedro Madrigal.
- Sisó, D., 1995[1490], *Perutile grammaticale compendium*, M^a del S. Pérez Romero (ed.), Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de La Laguna (edição do autor).
- Soares Homem, F., 1557. *Grammatices duo compendia*, Coimbra, João Álvares.
- Sousa, M., 1535. *Institutiones tum lucide, tum compendiose, latinarum literarum, tradite dialogo candidis ac vere piis cenobitis sancte crucis*, Coimbra.
- 1977[1555]. *Util y breve institution para aprender los principios y fundamentos de la lengua hespañola*, A. Roldán (ed.), Madrid, C.S.I.C.
- Vives, J. L., 1531. *De disciplinis libri viginti*, Antuérpia, Michael Hillenius in Rapo.

2. Fontes secundárias

- Breva-Claramonte, M., 1994. *La didáctica de las lenguas en el Renacimiento: Juan Luis Vives y Pedro Simón Abril. Con selección de textos*, Bilbao, Universidad de Deusto.
- , 2000. “Los antecedentes de la didáctica de las lenguas en Pedro Simón Abril (1530-1600)”, *La lingüística española en la época de los descubrimientos: Actas del Coloquio en Honor del Profesor Hans-Josef Niederehe*, Beatrice Bagola (ed.), Hamburgo, Helmut Buske, pp. 9-18.
- Buescu, M. L. C., 1983. *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Bursill-Hall, G. L., 1971. *Speculative grammars of the Middle Ages. The doctrine of partes orationis of the modistae*, Haia/Paris, Mouton.
- Calvo, V., 1992. “Una gramática latina medieval con notas en romance castellano”, *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, pp. 249-261.
- , 2000. *Grammatica proverbiandi. Estudio de la Gramática Latina en la Baja Edad Media Española*, Münster, Nodus Publikationen.
- Esparza, M. Á., 1996. “Trazas para la historia de la gramática española”, *Scripta Philologica in memoriam Manuel Taboada Cid*, Manuel Casado Velarde et alii (eds.), A Coruña, Servicio de Publicacions da Universidade da Coruña, v. I, pp. 47-74.

- , 2000. “La lingüística española en tiempos de Fernando de Rojas: ideas, autores, obras”, *El mundo como contienda. Estudios sobre La Celestina*, Pilar Carrasco (ed.), Málaga, Universidad de Málaga, pp. 185-219.
- , 2002. “Ecos del método *proverbiandi* en la tradición gramaticográfica española del Siglo de Oro”, *Romeral. Estudios filológicos en homenaje a José Antonio Fernández Romero*, Inmaculada Báez e M^a Rosa Pérez (eds.), Vigo, Servicio de Publicacions da Universidade de Vigo, pp. 93-116.
- Esparza, M. Á. e V. Calvo, 2001. “La grammatica proverbiandi y la nova ratio nebrissensis”, *History of Linguistics in Spain II*, E. F. K. Koerner e H-J. Niederehe (eds.), Amsterdão / Filadélfia, John Benjamins, pp. 35-56.
- Olmedo, F. G., 1939. *Juan Bonifacio (1538-1606) y la cultura literaria del Siglo de Oro*, Santander, Publicaciones de la Sociedad de Menéndez Pelayo.
- Paiva, M. H. N., 1986. “Vernaculidade versus relatinização: o testemunho dos gramáticos portugueses quinhentistas”, *Actas do 1º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística.
- , 2002. *Os gramáticos portugueses quinhentistas e a fixação do padrão linguístico: contribuição da informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto (edição do autor), 4 vols.
- Percival, W. K., 1976. “Deep and Surface Structure Concepts in Renaissance and Mediaeval Syntactic Theory”, *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics*, H. Parret (ed.), Berlín/Nova Iorque, Walter de Gruyter.
- Ponce de León, R., 2000a. *Aproximación a la obra de Manuel Álvares. Edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid (edição do autor), 3 vols.
- , 2000b. “Las propuestas metodológicas para la enseñanza del latín en las escuelas portuguesas de la Compañía de Jesús a mediados del siglo XVI”, *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, 19, pp. 233-257.
- , 2002. “Textos gramaticales jesuíticos para la enseñanza del latín en Portugal: el *De constructione octo partium orationis* (Coimbra 1555)”, *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos*, 22, 1, pp. 211-253.
- , 2003. “La difusión de las artes gramaticales latino-portuguesas en España (siglos XVI-XVII)”. *Actas do Colóquio Internacional Entre Portugal e Espanha. In honorem José Adriano de Freitas Carvalho (Península. Revista de Estudos Ibéricos, 0)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 119-145.
- Ridruejo, E., 1977. “Notas romances en gramáticas latino-españolas”, *Revista de Filología Española*, 59, pp. 51-80.

Infinitus lusitanus: considerações sobre o infinito flexionado nas gramáticas...

- , 1997. “Lengua real y artefactos lingüísticos: sobre el romance de Daniel Sisó”, *Homenaje al Prof. Roldán Pérez, R. Escavy et alii* (eds.), Murcia, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia, v. I, pp. 511-522.
- Verdelho, T., 1995. *As origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*, Aveiro, I. N. I. C.